

5.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao aprofundarmos o contato com a bibliografia relacionada com o tema da violência doméstica contra a mulher, nos deparamos com a convergência de muitos estudiosos na sua análise. A grande maioria discorre nas suas obras, sobre o ciclo da violência, a síndrome do estresse pós traumático, as consequências para a mulher e sua prole, e a dificuldade do processo de ruptura da violência.

Ao nos inserirmos no campo de pesquisa, tivemos oportunidade de através do discurso das mulheres entrevistadas, confrontarmos a realidade vivida pelas mesmas e a literatura sobre o assunto.

Parece-nos revelado, que as raízes dessa violência estão numa sociedade que se constituiu baseada num conceito da superioridade masculina, que nem sempre se apresentou como verdadeiro, porém foi manipulado para assim ser aceito.

Ao retomarmos a história das mulheres, percebemos o quanto elas foram usadas para servirem aos objetivos da sociedade patriarcal. Em determinada época da nossa história, serviram como objeto de troca, selando pacto entre famílias. Em outros momentos e contextos diferenciados, algumas foram exibidas como troféus, sendo seu comportamento e vestuário elegante, sinais de prosperidade e superioridade ostentados por seus esposos, enquanto as representantes femininas das camadas populares, eram usadas como objetos sexuais e mão de obra barata.

No entanto, para uma análise profunda da dimensão da questão da violência doméstica contra a mulher, no atual momento do nosso país, nos deparamos com algumas dificuldades. Uma delas é a falta de dados nacionais que revelem a verdadeira dimensão em termos estatísticos dessa violência no Brasil.

Os dados apresentados pelos órgãos oficiais que registram os crimes dessa natureza, além de não cobrirem todo o território nacional, são pouco confiáveis, uma vez que temos conhecimento, a partir de revelações feitas pelas próprias mulheres e instituições de atendimentos às mesmas, que muitas vezes as denúncias feitas às DEAMS, não são registradas.

Na área da saúde, o despreparo de alguns profissionais responsáveis pelos atendimentos as mulheres, obstaculiza a identificação dos casos de violência e apesar da Lei 10778/03¹, que estabelece a notificação compulsória desses casos, tal não acontece deixando de revelar, a real dimensão da violência a que são submetidas as mulheres.

Algumas iniciativas tem sido apresentadas para reverter esses quadro. O Ministério da Justiça está realizando um levantamento das DEAMs de todo o Brasil, a fim de mapear as dificuldades das mesmas, numa tentativa de padronização e melhoria no atendimento. O Plano Nacional de Políticas para as mulheres, construído com base nos resultados da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004, expressa o reconhecimento do papel do Estado como promotor e articulador de ações políticas, que alterem as desigualdades sociais existentes em nosso país.

As pesquisas recentes, como a do Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo em 2001; a pesquisa IBOPE-Instituto Patrícia Galvão em setembro de 2004 e mais recentemente ainda, a Pesquisa DataSenado, publicada em março de 2005, são exemplos do interesse que essa questão tem despertado na comunidade científica e na sociedade em geral, apontando para a possibilidade de alternativas de enfrentamento da questão baseadas em dados da realidade.

No plano da sociedade, vemos multiplicar-se as ações de assistência oferecidas diretamente por grupos e organizações de mulheres. Entre essas, podemos citar no Rio de Janeiro, a CEPIA; a CFEMEA; o Instituto Promundo, e a ABIA e em Duque de Caxias o CDVida –Centro de Defesa da Vida, nosso campo de pesquisa.

A análise das entrevistas realizadas com as mulheres, no CDVida, sugere que os resultados assemelham-se em muitos aspectos com outros estudos realizados, mas nos apontam também para alguns caminhos, que poderiam contribuir para o rompimento com as situações de violência. Parece-nos claro que o aprisionamento dentro da dinâmica do ciclo da violência e suas conseqüências, é

¹ No Rio de Janeiro, a governadora Rosinha Mateus, sancionou uma outra lei, a lei 4638, dos deputados Carlos Minc e Cida Diogo, tornando a notificação da agressão obrigatória nos postos de saúde e hospitais. Toda e qualquer mulher atendida com indícios de violência, mesmo que negue, terá um registro. O objetivo é ter o número real das agressões e inibir a violência. (Jornal do Brasil, 16/11/05).

o grande dificultador da ruptura. Porém, dentre as respostas que colhemos às questões apresentadas, percebemos a existência de alguns fatores, que podem funcionar como agentes facilitadores/impulsionadores da decisão da mulher, em procurar ajudar.

Entre as mulheres que entrevistamos, duas delas tiveram nos próprios filhos esse agente, pois foi através deles que se delineou a possibilidade para a quebra do silêncio. Através do atendimento aos filhos, das entrevistadas de nº 1 e 2, os técnicos do projeto da REDUC e do Conselho Tutelar se aproximaram da mulher/mãe, identificaram a situação de violência presente na relação familiar e as encaminharam para um serviço especializado, o CDVida.

Em outros casos foi o sofrimento físico ou emocional que geraram a procura por ajuda, como nos exemplos que se seguem:

A entrevistada de nº 3 relatou a dor gerada pela agressão física:

Quando aconteceu a primeira 'agressão de verdade', no dia seguinte falei com minha mãe que ia à DEAM.(...) Ele bateu feito num homem

As entrevistadas 4 e 5 relataram o sofrimento gerado pela dor emocional e a necessidade de dividir com alguém essa dor.

Entrevistada 4:

Num momento de muita tristeza de muita depressão, procurei no catálogo e liguei para uma DEAM. Não sei bem de onde. Pensei que podia falar com alguém. Eles me deram vários telefones. Um deles, me orientou a procurar em Caxias o CDVida e me deram o telefone daqui.

Entrevistada 5:

Não consigo entender porque gosto tanto dele. Nunca ninguém tinha me maltratado tanto. Ele é uma pessoa carente. Ele precisa de ajuda. Ele me deixa confusa. Não sei dizer não pra ele, mas não quero sofrer mais. Procurei uma psicóloga (...)"

A partir da quebra do silêncio, e na relação com as instituições de atendimento e seus técnicos, criaram-se possibilidades para a reflexão crítica, sobre o relacionamento vivido. Entendemos que a partir dessa reflexão iniciou-se o processo de ruptura. Essa reflexão passa pela desconstrução dos modelos

aprendidos dos papéis de mulher e de homem e deve ser acompanhada de alternativas concretas, para a recuperação ou efetivação da autonomia e empoderamento da mulher, para que ela mesma possa sair da situação em que se encontra. Essa autonomia não passa apenas pelas questões materiais, mas também pelo rompimento com a dependência emocional, exemplificada por duas das mulheres que entrevistamos, para que essas mulheres tornem-se sujeitos de suas próprias vidas superando as relações de subordinação e opressão.

É necessário analisarmos que existem contextos históricos e sócio-culturais específicos que conferem padrões diferentes de relações interpessoais entre os sujeitos. No capítulo I, já exemplificamos as diferenças de comportamento das mulheres, em diferentes regiões do Brasil, posição social e momento histórico. Consequentemente esse padrão relacional diferenciado, imprime também características diferenciadas à violência.

É necessário portanto, atentarmos para o fato de que a violência não se apresenta da mesma forma para todas as mulheres e que essa questão deverá ser analisada nas alternativas que nortearão o seu projeto de autonomia.

Uma pesquisa realizada pela Organização Mundial de Saúde em dois estados brasileiros, nos anos de 2000 a 2003, apresenta em seus resultados grandes diferenças, relacionadas à violência praticada contra a mulher, nos municípios do Nordeste e do Sudeste pesquisados².

Vale lembrar que o Município de Duque de Caxias possui uma forte prevalência da cultura nordestina, sendo sua população formada em grande parte de imigrantes e descendentes dos estados do Norte e Nordeste do Brasil. Contexto esse, que deverá ser considerado nos estudos e propostas que subsidiarão as políticas de atendimento no Município, para que sejam adequadas a população feminina alvo dessas políticas.

Nesse sentido, o CDVida vem imprimindo em sua metodologia de atuação, não só o acolhimento das mulheres no momento de crise, e uma escuta ativa, mas

² Pesquisa realizada entre os anos de 2000 a 2003, pela organização Mundial de Saúde, no município de São Paulo e em 15 municípios da Zona da Mata de Pernambuco. Os resultados apontam para algumas diferenças, entre elas, a prevalência da violência que em São Paulo foi de 24% e em Pernambuco 36%. Em relação a gravidade das agressões os dados revelam que em Pernambuco esta se apresenta de maneira mais severa e uma referencia maior ao uso de armas de fogo.(Portela, 2004, p.2)

também a participação na comunidade, em articulação com os movimentos sociais, instituições de ensino e pesquisa, objetivando apreender os anseios e necessidades da população feminina.

O investimento em projetos educacionais que incentivem a discussão da relação homem /mulher nas escolas, desde as séries iniciais, tendo como princípio a igualdade de direitos respeitando as diferenças, contribuiria para a construção de um novo modelo de relacionamento entre os sexos. As ações afirmativas de aumento da escolaridade e incentivo da inclusão no mercado de trabalho da população feminina, bem como uma política de creches e pré-escola em horário integral, aliado a um sistema de crédito e auxílio à moradia, poderiam contribuir para o fortalecimento da auto estima das mulheres e incentivar para que as mesmas possam reescrever sua própria história.

Entendemos que a abordagem de um tema tão complexo como o da violência contra a mulher, sugere muitos elementos para análise. No presente estudo, abordamos apenas um dos tipos dessa violência, que é aquela em que a mulher é submetida pelo seu parceiro íntimo, enfocando o momento da dificuldade do rompimento da relação. Sabemos que o assunto não se esgota nesse trabalho. Ao darmos voz às cinco mulheres que entrevistamos, queremos ser mais um instrumento de registro e denúncia da violência e apontarmos para a urgência de uma escuta social e ações que superem a crença comum na legitimidade e naturalidade desse tipo de violência, que desautoriza e desestimula a mulher a falar e transpor o ciclo da violência.